

ENTRE A AUTONOMIA, A DEPENDÊNCIA E O NEOCOLONIALISMO: A ZONA DO FRANCO CFA E OS SEUS EFEITOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS PARA A NOÇÃO DE SOBERANIA MONETÁRIA NA ÁFRICA FRANCÓFONA

In between autonomy, dependency and neo-colonialism: the CFA franc zone and its political and economic effects on the notion of monetary sovereignty in Francophone Africa

JOÃO GABRIEL ARRIEL DA SILVA XAVIER | jga.xavier.2023@aluno.unila.edu.br
| Mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista do Programa de Bolsa Institucional da UNILA (PROBIU). Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

DANNY ZAHREDDINE | danny@pucminas.br | Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Especial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Geografia pelo mesmo programa da PUC Minas. Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. Graduado em Turismo pela Escola Superior de Turismo da PUC Minas. Atualmente é Diretor do Instituto de Ciências Sociais e Professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Recebimento do artigo: Agosto de 2023 **Aceite:** Outubro de 2023

Resumo: A soberania é uma reivindicação que implica poder, reconhecimento, legitimidade e autonomia. Apesar dos movimentos de independência na África na década de 1960, uma grande parte dos países africanos manteve relações próximas às suas ex-metrópoles. Este é o caso da zona do franco CFA, uma zona monetária estabelecida entre a África Francófona e a França no período colonial que persiste até os dias atuais. No entanto, isto se trata de uma contradição no processo histórico dialético, pois os Estados africanos soberanos permaneceram na zona sob uma lógica assimétrica e subalterna frente à França. No presente artigo, esta relação é problematizada a partir da estratificação centro-periferia e pelos conceitos de dependência e neocolonialismo, em busca de analisar as regras de operacionalização do franco CFA e seus efeitos na soberania monetária na África Francófona. Para isso, a pesquisa utiliza-se da análise comparada dos casos mais contrastantes – Senegal e Gabão –, a fim de demonstrar os efeitos políticos e econômicos da moeda, independentemente dos processos de produção dos Estados africanos. A partir disso, argumenta-se que as regras operacionais do franco CFA restringiram a autonomia da África Francófona e sustentaram relações de dependência e neocolonialismo.

Palavras-chave: Zona do Franco CFA. Soberania. Dependência. Neocolonialismo. África Francófona.

Abstract: Sovereignty is a claim which implies power, recognition, legitimacy and autonomy. Despite the independence movements in Africa in the 1960s, a large number of African countries have maintained close relations with their former metropolises. This is the case of the CFA franc zone, a monetary zone established between Francophone Africa and France in the colonial period that persists to the present day. However, this is a contradiction in the dialectical historical process,

as sovereign African states have remained in the zone under an asymmetrical and subordinate logic towards France. In this article, this relationship is problematized from the perspective of centre-periphery stratification and the concepts of dependency and neo-colonialism, in order to analyse the operational rules of the CFA franc and its effects on the monetary sovereignty in Francophone Africa. For this purpose, the article uses a comparative analysis of the most contrasting cases – Senegal and Gabon – to demonstrate the political and economic effects of the currency, regardless of the African states' production processes. As a conclusion, it is argued that the operational rules of the CFA franc zone have restricted Francophone Africa's autonomy and sustained relations of dependency and neo-colonialism.

Keywords: CFA Franc Zone. Sovereignty. Dependency. Neo-colonialism. Francophone Africa.

1. INTRODUÇÃO¹

A soberania é um ato de reivindicação que implica poder, reconhecimento, legitimidade e autonomia. A partir da década de 1960, intensificou-se na África uma grande onda de movimentos de descolonização contra a dominação imperialista, reivindicando a retomada da soberania. No entanto, apesar desses movimentos em todo o continente, uma grande parte dos Estados africanos manteve relações próximas às suas ex-metrópoles para garantir o processo de construção de sua capacidade estatal e, portanto, não conseguiram desvencilhar-se completamente da situação de dependência (Hernandez, 2008; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

Nesse sentido, se enquadra a região da África Francófona² que se manteve próxima à França a partir da zona do franco CFA. Esta é uma união monetária estabelecida oficialmente entre a França e suas antigas colônias africanas em 1945, na qual os países compartilham uma moeda única – o franco CFA – sob determinadas regras de operacionalização. Apesar de sua origem no período colonial, a zona permaneceu mesmo em um contexto no qual os atores africanos tornaram-se unidades soberanas. Ou seja, a descolonização não alterou a sua lógica de funcionamento, que continuou sendo operada basicamente sob as mesmas regras. No entanto, isto se trata de uma contradição, tendo em vista que os Estados africanos soberanos permaneceram na zona através de uma lógica assimétrica e subalterna (Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

De modo geral, apesar de poucas contribuições no campo de conhecimento das Relações Internacionais (RI), é possível compreender que o debate teórico acerca da zona do franco CFA se divide em duas vertentes: uma visão mais favorável ao seu funcionamento e manutenção; e outra mais crítica em relação à sua lógica de operacionalização e à sua existência. A primeira vertente – diretamente relacionada à França e ao pensamento do FMI – argumenta que a zona e seus princípios foram determinados com o objetivo de manter baixos índices de inflação e, assim, de promover a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico. Nesta linha, o arranjo institucional do franco CFA também é associado a instituições fortes e a políticas de transparência (Banque de France, 2010; 2015; Gulde; Tsangarides, 2008).

Por outro lado, a segunda vertente defende que a zona do franco CFA e suas regras são uma herança do período colonial que promove a dependência (Pigeaud; Sylla, 2021), uma estrutura neocolonial (Diallo, 2018; Koddenbrock; Sylla, 2019; Taylor, 2019); e uma das causas para o fraco desempenho econômico e social dos países africanos (Campos; Leite, 2020). Nesta linha, Pigeaud e Sylla (2021) e Taylor (2019) também utilizam criticamente o termo '*Françafrique*' para definir a continuidade das relações desiguais e assimétricas entre a França e a África Francófona com base em uma estrutura política e econômica de controle e exploração, que se relaciona com um tipo de neocolonialismo (Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

O presente artigo se enquadra precisamente na vertente mais crítica, pois entende a zona do franco CFA como uma estrutura institucional neocolonial que reflete a estratificação hierárquica do sistema internacional e promove a dependência. Apesar das significativas obras críticas presentes na literatura, sobretudo, do trabalho de Pigeaud e Sylla (2021) que trata a zona do franco CFA em perspectiva histórica, cabe destacar que se demonstrou necessário uma contribuição que, por um lado, compreendesse a zona monetária a partir de uma visão estrutural – relação centro-periferia –, e que, por outro lado,

¹ Este artigo se deriva da monografia desenvolvida no âmbito da PUC Minas para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, e de um trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais pela UNILA. Uma versão mais resumida foi apresentada, em 2023, no 9º Congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) em Belo Horizonte, com auxílio financeiro para apoio a participação em eventos científicos do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

² No presente artigo, quando se utilizar os termos 'África Francófona' ou 'Estados africanos francófonos', o texto não estará se referindo aos aspectos linguísticos dos países, mas, sim, aos Estados africanos – ex-colônias francesas – que pertencem à zona do franco CFA.

sistematizasse os efeitos políticos e econômicos das regras e princípios de operacionalização da moeda para a noção de soberania da África Francófona.

Diante disso, propõe-se como problema de pesquisa a seguinte questão: em que medida as regras de operacionalização da zona do franco CFA determinadas pela França restringem/restringiram a soberania dos Estados africanos, membros da união monetária? O objetivo geral do artigo trata-se de analisar as regras e princípios operacionais do franco CFA e seus efeitos nas prerrogativas de soberania monetária na África Francófona. Além disso, como objetivo específico, busca-se identificar se houve mudanças na lógica de operacionalização da zona monetária historicamente, a fim de verificar a manutenção de relações desiguais e subalternas ao longo do tempo.

Em relação à metodologia, o artigo utiliza-se do método de pesquisa documental e, também, do método de análise comparada dos casos mais contrastantes, a fim de generalizar, na medida em que for possível, as consequências da zona do franco CFA para as prerrogativas de soberania da África Francófona. Os dados primários foram coletados, sobretudo, a partir: a) das autoridades oficiais da França – *Banque de France* – e dos bancos centrais regionais dos Estados africanos (BCEAO e BEAC); e b) do banco de dados do Atlas de Complexidade Econômica (ECI). Em relação à análise comparada, buscou-se selecionar com base no ECI, os casos extremos – Senegal e Gabão, o país mais complexo e menos complexo, respectivamente³ – dentre todos os Estados africanos pertencentes à zona monetária e, assim, comparar seus dados frente à França.

No que se refere à divisão do artigo, a primeira seção aborda os elementos teóricos da Teoria do Sistema-Mundo (TSM) de Immanuel Wallerstein (2004), amparado pelos conceitos de dependência de Walter Rodney (1975) e neocolonialismo de Kwame Nkrumah (1967; 2011). Na segunda seção, explica-se o processo histórico que resultou na contradição, isto é: na manutenção da zona do franco CFA no contexto pós-descolonização. Para isso, compreende-se o processo dialeticamente, de modo a conceber: 1) o imperialismo/colonialismo (tese); 2) os processos de resistência africana (antítese); e 3) a independência dos Estados africanos (síntese). Na terceira seção, é feita a comparação do Senegal e do Gabão, a fim de demonstrar empiricamente a relação centro-periferia a partir da zona monetária, independentemente do nível de complexidade econômica dos processos de produção dos Estados africanos. Por fim, na última seção, analisa-se, sistematicamente, os efeitos políticos e econômicos das regras de operacionalização do franco CFA para a noção de soberania da África Francófona, sobretudo, em relação à formulação autônoma de suas políticas macroeconômicas (Nkrumah, 1967; 2001; Rodney, 1975; Wallerstein, 2004).

A partir da análise, os resultados indicam que, historicamente, as regras de operacionalização da franco CFA: a) restringiram as capacidades dos Estados africanos no que se refere à promoção autônoma de suas próprias políticas macroeconômicas – cambial, industrial, monetária e fiscal –; e b) sustentaram relações de neocolonialismo e dependência frente às decisões francesas. Além disso, os resultados também evidenciam que a zona monetária sofreu historicamente poucas mudanças na sua lógica de operacionalização e sua arquitetura institucional permaneceu basicamente a mesma, de modo que a França se manteve amplamente no controle da moeda ao longo do tempo.

2. SISTEMA-MUNDO MODERNO, DEPENDÊNCIA E NEOCOLONIALISMO

Segundo o teórico marxista, expoente da Teoria do Sistema-Mundo (TSM), Immanuel Wallerstein (2004), nós vivemos em uma era estruturada pelo sistema capitalista. A origem do capitalismo enquanto sistema social histórico se deu com a passagem do feudalismo para um modo de produção capitalista a partir do século XVI, situando-se à princípio exclusivamente na Europa e em parte da América e, posteriormente, se expandindo em direção às regiões periféricas através do colonialismo/imperialismo. Desse modo, a partir do XIX, o capitalismo já se encontrava difundido e ocupava todo o globo, formando o sistema-mundo moderno, que estrutura as relações entre as forças sociais desde então (Wallerstein, 2001; 2004).

De acordo com o autor (2004), o sistema capitalista desenvolveu-se de forma a constituir também uma economia-mundo, isto é, “uma grande zona geográfica, dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, conseqüentemente, significativa troca interna de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho” (Wallerstein, 2004, p. 23, tradução

³ Como o Índice de Complexidade Econômica (ECI) é dinâmico, em razão das mudanças no tecido produtivo dos países ao longo dos anos, a seleção dos casos deu-se a partir da média geral dos resultados nos últimos dez anos – período de 2009 até 2019 –, a fim de minimizar o efeito de quaisquer elementos conjunturais e, assim, evitar incoerências metodológicas. No entanto, destaca-se que a base possui limites, pois não apresenta dados sobre seis países pertencentes à zona: Benin, Níger, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e Chade (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

nossa). Ou seja, uma estrutura global que é conjuntamente econômica e geográfica, na qual o mercado e suas instituições se desenvolveram (Wallerstein, 2001; 2004).

Aqui, destaca-se a inexistência de uma estrutura política unitária frente à pluralidade de unidades políticas autônomas. Para Wallerstein (2004), a soberania é um produto do sistema-mundo e consiste numa reivindicação de autoridade dos Estados interna e externamente. Mais especificamente, trata-se de “uma reivindicação de fronteiras fixas, na qual um Estado específico é soberano e, portanto, nenhum outro Estado possui o direito de afirmar qualquer tipo de autoridade – executiva, legislativa, judicial ou militar” (Wallerstein, 2004, p. 43, tradução nossa). Portanto, é a via por meio da qual se conquista a autonomia. No entanto, é evidente que se trata de uma reivindicação vinculada às dinâmicas do poder, com implicações políticas, econômicas etc. com base nos interesses daqueles mais poderosos (Wallerstein, 2004).

Diante disso, a divisão internacional do trabalho (DIT) torna-se, então, o elemento responsável pela unificação da estrutura da economia-mundo. Em termos gerais, a DIT consiste na divisão funcional e geográfica da produção em produtos centrais e produtos periféricos, de forma a estabelecer também uma estratificação centro-periferia no sistema interestatal. Nesse sentido, pode-se entender que a economia-mundo se estratifica em três níveis hierárquicos com base nos seus processos de produção: o centro, a periferia e a semiperiferia (Wallerstein, 2004).

O centro refere-se àqueles poucos Estados – tais como os países da Europa Ocidental, Estados Unidos etc. – com produção de alto valor agregado, altos níveis tecnológicos, mão de obra especializada e produtor/exportador de bens e serviços complexos. Por outro lado, a periferia consiste na grande parcela dos Estados no sistema interestatal – os países da África, América Latina etc. – que produzem produtos primários (exportador de *commodities*), de baixo valor agregado, com baixo nível tecnológico e mão de obra pouco especializada. No meio termo, a semiperiferia se refere àqueles Estados que apresentam ao mesmo tempo aspectos do centro e da periferia da economia-mundo. Ou seja, que possuem processos de produção que compartilham características de ambos os níveis, devido a um processo de transição que pode ser tanto de baixo para cima, quanto de cima para baixo (Martins, 2015; Wallerstein, 2004).

Ou seja, trata-se de uma hierarquização que determina papéis sociais e produtivos assimétricos aos Estados na economia-mundo. Como resultado, aqueles que constituem o centro ocupam uma posição mais vantajosa em relação àqueles situados na periferia, devido ao “fluxo constante de mais-valia dos produtores dos produtos periféricos para os produtores dos produtos centrais” (Wallerstein, 2004, p. 28, tradução nossa). Por isso, o comércio internacional se materializa numa troca desigual, tendo em vista que a estratificação implica, necessariamente, em ganhos desiguais (Wallerstein, 2004).

No entanto, a troca desigual não foi/é a única forma de viabilizar o fluxo de capital da periferia para o centro. Para o teórico Walter Rodney (1975), a exploração da África pelas potências europeias contribuiu historicamente para o desenvolvimento capitalista na Europa e, contrariamente, para o subdesenvolvimento do continente africano. Isso deu-se através do tráfico de escravizados, da apropriação dos meios de produção e da exportação da mais-valia africana provenientes do colonialismo/imperialismo (Rodney, 1975; Wallerstein, 2004).

A partir disso, torna-se possível problematizar as relações de dependência e neocolonialismo. De modo geral, a dependência estrutural trata-se das relações que se estabelecem da periferia para com o centro a partir da troca desigual da economia-mundo capitalista. Nesse sentido, para explicar o subdesenvolvimento de um país não é suficiente apenas buscar as razões econômicas internas. Por outro lado, é preciso considerar as relações de dependência e exploração construídas historicamente com os países desenvolvidos – centrais (Rodney, 1975; Wallerstein, 2004).

Segundo Rodney (1975), a apropriação estrangeira continua na África por meio do controle externo de terras, empresas, bancos etc., pois “na ausência de controle político direto, os investimentos estrangeiros promoverão a exploração de riquezas naturais e do trabalho africano na produção de valor econômico que não aproveitará ao continente” (Rodney, 1975, p. 38). Por isso, o teórico anticolonial Kwame Nkrumah (2011) afirma que, no contexto de pós-descolonização, as relações neocoloniais são “o maior perigo que a África enfrenta atualmente” (Nkrumah, 2011, p. 287).

De modo geral, o neocolonialismo trata-se de um mecanismo refinado pelo qual as ex-metrópoles manipulam os Estados africanos – que são independentes no plano político – sem a necessidade do controle formal sob o território. Esta relação se dá por outros meios indiretos e mais sutis, a fim de criar “Estados-clientes” e perpetuar a relação “patrão-cliente” e a dependência. De acordo com Nkrumah (2011), o seu principal instrumento é a balcanização, isto é, “a fragmentação [intencional] da África em Estados pequenos e fracos” (Nkrumah, 2011, p. 287). Isto faz com que “alguns deles [Estados] não tenham nem a população nem os recursos necessários para a sua integridade e viabilidade. Sem meios que assegurem o seu progresso econômico, são obrigados a permanecer no quadro de uma economia colonial” (Nkrumah, 2011, p. 290).

Nesse sentido, entende-se que as Ols, os blocos, as zonas monetárias no sistema-mundo expressam os interesses dos Estados mais poderosos, de modo que as regras tendem a ser adotadas visando assegurar a posição relativa destes. Isso significa afirmar que as RI não só refletem a hierarquia da DIT, como elas também indicam a existência de relações de

dependência e neocolonialismo a partir dos grupos sociais que se formam internacionalmente (Martins, 2015; Wallerstein, 2004). Afinal, como afirma Rodney (1975), “é difícil encontrar atualmente uma esfera que não reflita a dependência econômica e a submissão estrutural” (Rodney, 1975, p. 43). Este é o caso da zona do franco CFA e suas regras de operacionalização, como será discutido nas próximas seções.

3. O PROCESSO HISTÓRICO DIALÉTICO DA ZONA DO FRANCO CFA

3.1. Imperialismo, resistência africana e processos de descolonização

A África é um continente de grande diversidade, riqueza e complexidade que são próprios de sua trajetória histórica. Isso significa defender que o continente, em detrimento de uma noção eurocêntrica de ‘a-historicidade’, possui processos históricos que antecedem o contato com a Europa, e que, também, são importantes para compreender a história mundial. Dito isso, argumenta-se, aqui, que o processo de “roedura” e o domínio imperialista tratam-se do ponto de partida histórico do presente artigo devido simplesmente a uma questão de escopo (Hernandez, 2008).

O processo de “roedura” da África se refere ao longo histórico de exploração e domínio do continente pelos europeus desde o tráfico transatlântico de escravizados no século XVI. O resultado histórico disso levou à partilha e à conquista efetiva da África a partir da Conferência de Berlim (1884-1885). Nesse contexto, as grandes potências buscavam aumentar seu poder através da expansão econômica e geográfica. Inaugurou-se, então, o imperialismo – entendido, aqui, como a tese do raciocínio dialético aplicado para a África Francófona, cujo processo histórico resulta na resistência africana (antítese), e nos movimentos de libertação nacional e formação dos Estados africanos soberanos (síntese); que dão origem a contradição que é problematizada no presente artigo, isto é, a manutenção da zona do franco CFA no pós-descolonização –, de modo que no início do século XX, o continente africano ficou sob o jugo europeu quase por completo (Hernandez, 2008; Hobsbawm, 2018).

De modo geral, o imperialismo está relacionado “a uma expansão, por parte dos Estados [colonizadores], caracterizada por forte assimetria e violenta dominação, que se manifesta de formas diversas, como: nas relações de preponderância das metrópoles sobre as áreas de influência, protetorados e colônias” (Hernandez, 2008, p. 73). No continente africano, os Estados europeus implementaram um sistema de controle e domínio político, econômico e militar com base na força, tendo em vista apenas a exploração de seus próprios interesses: recursos naturais, mão-de-obra, busca de novos mercados, manutenção de uma posição monopolista etc. (Hernandez, 2008; Hobsbawm, 2018; Wallerstein, 2001).

Porém, ao se discutir a colonização, deve-se também compreender a perspectiva africana, pois, afinal, o imperialismo não se restringe somente ao protagonismo europeu. Mas, também, às lutas de resistência e ao movimento pan-africanista contra a conquista e a dominação. Abordar isto significa desconstruir um mito de submissão e convivência dos povos africanos para com o colonialismo. Dessa forma, introduz-se a resistência africana – entendida como a antítese do raciocínio histórico dialético aplicado para a África Francófona, contrapondo-se ao imperialismo –, que irá ter seu marco na década de 1960 com as lutas de libertação nacional (Barbosa, 2020; Hernandez, 2008).

Estes movimentos contestatórios e de resistência que surgiram ao redor de todo o continente constituíam-se em diferentes tipos, seja utilizando da diplomacia, luta armada ou guerrilha. Além disso, destaca-se os elementos culturais e intelectuais da resistência africana, pois, segundo o historiador Barbosa (2020), as elites intelectuais da África e da diáspora africana buscaram contrapor-se aos referenciais eurocêntricos e coloniais. O pan-africanismo que surge, então, se trata de um movimento político-cultural e visão de mundo a partir de uma perspectiva africana própria, que defendia a independência, autonomia e unidade dos Estados africanos (Barbosa, 2020; Ndlovu-Gatsheni, 2013). O seu pensamento inspirou diversos movimentos raciais e de resistência, contribuindo fortemente para a luta contra o colonialismo e orientando os processos de libertação e independência nacional dos Estados africanos (Parada; Meihy; Mattos, 2013).

Contudo, é importante ressaltar a variedade dos processos de descolonização, que apresentavam características revolucionárias ou reformistas, de modo a provocar consequências diretas para a formação do Estado nacional soberano – entendido, aqui, como a síntese do raciocínio histórico dialético aplicado para a África Francófona. Aqui, é importante destacar o esforço de negociação da França, a fim de perpetuar a subordinação, tendo em vista que os movimentos de libertação nacional na África Francófona foram geralmente reformistas. Consequentemente, os Estados africanos francófonos mantiveram relações políticas, econômicas, culturais e militares estreitas com a França, como é o caso da zona do franco CFA (Hernandez, 2008).

Segundo Visentini, Ribeiro e Pereira (2013), isto implicou na manutenção de vínculos de subordinação entre as partes. À luz de Rodney (1975) e Nkrumah (2011), tratam-se de relações de dependência e neocolonialismo, respectivamente.

No presente artigo, entende-se que tal resultado se torna uma contradição no processo histórico dialético da África Francófona, uma vez que provoca consequências diretas para a noção de soberania monetária dos Estados africanos que compartilham a moeda (Nkrumah, 2011; Rodney, 1975; Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

3.2. A zona do franco CFA e as regras de operacionalização da moeda

As relações monetárias da França com os Estados africanos francófonos, historicamente, têm origem no período colonial. Para garantir a exploração e apropriação dos territórios africanos, revelou-se necessário controlar não somente a produção, mas também a moeda das colônias. Dessa forma, a imposição de um sistema monetário colonial foi fundamental para assegurar o próprio domínio e conter o avanço das outras potências imperialistas (Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021).

Mas, foi somente em 1939, que Paris impôs efetivamente o uso do franco francês sob suas colônias, a fim de proteger seus interesses no continente africano. Contudo, em face aos efeitos da guerra para a economia francesa que enfrentava um cenário de crise, em 1945, a resposta foi a criação de uma nova moeda a ser utilizada pelas colônias denominada franco CFA (*Colonies Françaises d'Afrique*), com a finalidade de encerrar a unidade monetária e, assim, distribuir os impactos da crise (Hernandez, 2008; Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

A estrutura da zona monetária foi arquitetada com base na divisão dos países africanos em blocos nos moldes coloniais – África Ocidental Francesa (AOF) e África Equatorial Francesa (AEF) –, dando origem a diferentes bancos centrais regionais com seu próprio franco CFA com basicamente as mesmas regras de operacionalização. A partir da década 1960, a grande maioria dos territórios sob o jugo colonial francês conquistou a independência, porém, a zona do franco CFA permaneceu sob as mesmas regras de operacionalização, ao passo que outros países africanos adotaram uma moeda nacional⁴ (Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

Atualmente, a zona do franco CFA (Comunidade Financeira Africana) é formada: 1) pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) referente à União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) – incluindo Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo –; 2) pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC) que corresponde à Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) – incluindo Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro Africana –; e por fim 3) pelo Banco Central do Comores (BCC) para a União das Comores. Em todas as subunidades da zona, a França é o ator central no processo de decisão (Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

Em relação à operacionalização da moeda, pode-se identificar quatro regras do franco CFA, isto é: 1) a paridade cambial fixa da moeda ao euro; 2) a livre transferência e circulação de capital; 3) a garantia exclusiva de conversibilidade do franco CFA; e 4) a centralização das reservas internacionais. A primeira regra se refere à adoção de uma única taxa de câmbio fixa para todos os Estados africanos. A segunda é concernente à livre circulação de transações correntes e movimentação de capital na zona. A terceira diz respeito à garantia exclusiva do Tesouro Francês de livre conversibilidade da moeda. Por último, a quarta se refere à regra de que os Estados africanos, a partir dos bancos centrais regionais, devem obrigatoriamente depositar 50% de suas reservas no Tesouro Francês através de uma Conta de Operações (Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

Diante disso, argumenta-se, aqui, que a zona do franco CFA sofreu poucas mudanças na sua lógica de operacionalização, uma vez que sua base institucional permaneceu basicamente a mesma ao longo das décadas. Porém, é importante destacar o surgimento e fortalecimento de processos contestatórios nos últimos anos que pressionam por mudanças. Em dezembro de 2019, presidente da Costa do Marfim, Alassane Ouattara, e o presidente francês, Emmanuel Macron anunciaram a reforma da zona para os países da África Ocidental. Nesse contexto, estabeleceu-se que o franco CFA seria substituído por uma nova moeda denominada ECO, ainda com paridade fixa frente ao euro, mas, cujo processo de operacionalização é substancialmente diferente⁵ (Koddenbrock; Sylla, 2019; Ouattara, 2019).

Em maio de 2020, a França aprovou um projeto de lei que ratificou a reforma, validando o processo de transição monetária do franco CFA para a moeda ECO (França..., 2020). O lançamento da moeda entre os países da UEMOA estava

⁴ Na perspectiva de Nkrumah (2011), a manutenção da estrutura da zona monetária nos moldes coloniais após a independência formal, pode ser compreendida como resultado de uma política neocolonial de balcanização intencional da África Francófona, em busca de fragmentar e enfraquecer os Estados africanos e, assim, manter a subordinação e a dependência estrutural (Nkrumah, 2011).

⁵ No entanto, como afirma o economista guineense, Carlos Lopes (2020), apesar destas mudanças nas regras, a paridade cambial fixa do ECO com o euro ainda representa um 'cordão umbilical' dos países africanos com a França que não é completamente cortado no contexto monetário (Lopes, 2020).

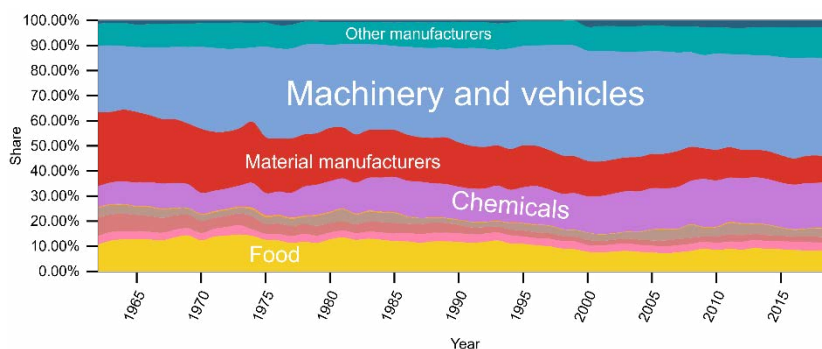
previsto para ocorrer em 2021, porém a pandemia de Covid-19 e a ausência de convergência nas políticas macroeconômicas dos países ocasionou a suspensão do projeto. Devido a isso, o plano de implementação foi estendido para o período de 2022-2026, para que a nova moeda seja efetivamente introduzida na África Ocidental em 2027 (Bahgat, 2021). A moeda ECO pode ser vista, então, como o resultado de um processo histórico que se opõe a extinguir, mas que também não suporta manter-se invariavelmente o mesmo.

4. A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA A PARTIR DA ZONA DO FRANCO CFA: UMA ANÁLISE COMPARADA DO SENEGAL E GABÃO

Com base nos argumentos da seção anterior, torna-se evidente que as relações monetárias entre os Estados também implicam efeitos para suas prerrogativas de soberania. No aspecto político, a moeda é um dos principais símbolos da soberania monetária. No sentido econômico, é de suma importância para os Estados, pois, através desta, eles são capazes de adotar políticas na busca pelo desenvolvimento. Isto significa que a operacionalização da moeda e a formulação de políticas representam o Estado soberano, cujo é independente e autônomo – embora, suas decisões sejam influenciadas externamente (Martins, 2015; Pigeaud; Sylla, 2021; Wallerstein, 2004).

A fim de demonstrar, quantitativamente, a relação centro-periferia entre a França e os Estados africanos que compõem a zona monetária e, assim, seus respectivos papéis sociais e produtivos na DIT, ainda se faz necessário apresentar dados empíricos. A partir dos dados do *The Atlas of Economic Complexity* (2023), é possível analisar a capacidade produtiva da França e dos Estados Africanos, demonstrando que os países se posicionam na DIT em níveis hierárquicos distintos com base nos seus processos de produção (The Atlas of Economic Complexity, 2023). Isso pode ser analisado a partir dos gráficos de composição histórica da pauta produtiva e exportadora dos países a seguir:

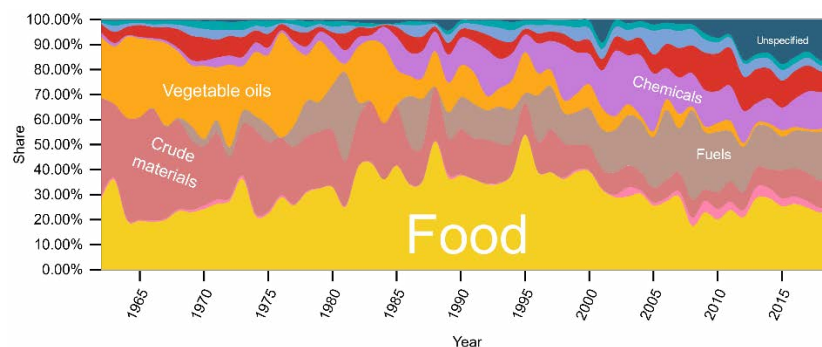
Gráfico 1 – Composição setorial das exportações da França (1962-2019)⁶



Fonte: (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

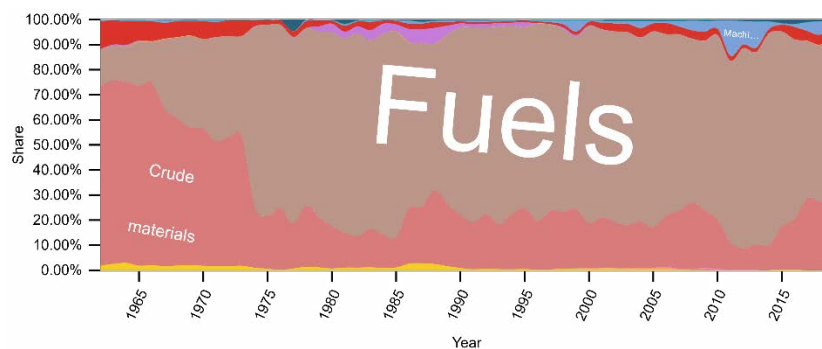
⁶ Os gráficos são classificados a partir das cores, onde cada uma representa um setor produtivo distinto. A fim de facilitar a compreensão, os setores produtivos – ordenados igualmente de baixo pra cima – são: 1) alimentos; 2) bebidas; 3) materiais brutos; 4) combustíveis; 5) óleos vegetais; 6) químicos; 7) materiais manufaturados; 8) maquinários e veículos; 9) outras manufaturas; 10) não especificado. Outro ponto que deve ser mencionado, refere-se à retirada do setor de serviços da representação gráfica, devido ao foco direcionado à esfera produtiva (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Gráfico 2 – Composição setorial das exportações do Senegal (1962-2019)



Fonte: (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Gráfico 3 – Composição setorial das exportações do Gabão (1962-2019)



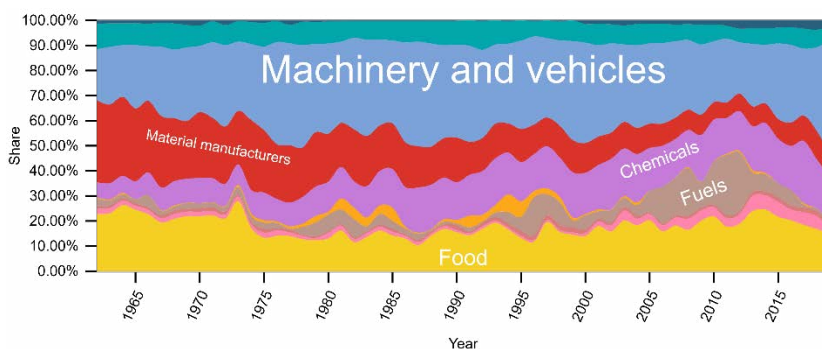
Fonte: (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Diante disso⁷, é possível notar que, historicamente, a França apresenta um alto nível de complexidade econômica, tendo em vista sua pauta produtiva e exportadora diversificada e não-ubíqua, com destaque para os setores manufatureiros – maquinários e veículos; materiais manufaturados; outras manufaturas, dentre outros. Em contraste, ambos os Estados africanos selecionados, isto é, o Senegal e o Gabão – o país africano mais complexo e menos complexo da zona do franco CFA, respectivamente – apresentaram uma estrutura produtiva de baixa complexidade econômica, que se concentra basicamente nos setores primários – combustíveis; materiais brutos; alimentos etc. Embora o Senegal apresente processos de produção relativamente diversificados, ainda possui uma estrutura produtiva altamente ubíqua, devido à preponderância de produtos primários. No caso do Gabão, o país apresenta um tecido produtivo altamente especializado e ubíquo, demonstrando uma dependência significativa do setor de combustíveis (Gala, 2017; The Atlas of Economic Complexity, 2023).

No caso das importações do Senegal e do Gabão, com base nos dados do ECI, é importante destacar dois elementos (The Atlas of Economic Complexity, 2023). Primeiramente, a composição setorial das importações de ambos os Estados africanos dos produtos franceses que são amplamente de setores produtivos mais complexos – centrais (gráficos 4 e 5). Em segundo lugar, a preponderância histórica da participação dos produtos franceses nas importações desses mesmos países (gráfico 6), como pode ser visto nos gráficos a seguir:

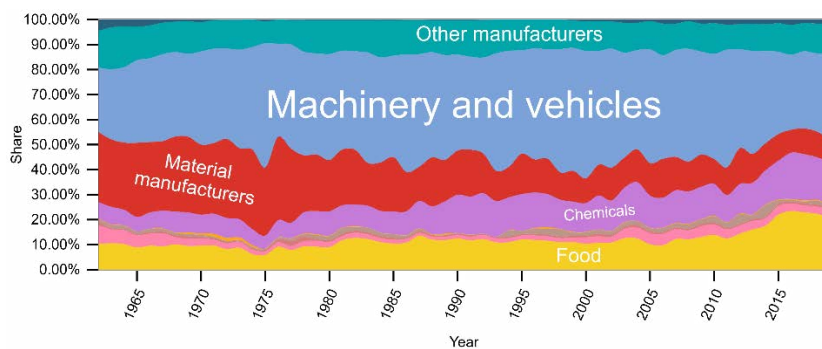
⁷ Aqui, é importante destacar que, embora existam estatísticas mais recentes no banco de dados, o presente artigo optou por coletar os dados entre o período de 1962 até 2019, a fim de evitar possíveis distorções na esfera produtiva dos países causadas pela pandemia global da Covid-19 em 2020 (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Gráfico 4 – Composição setorial das importações do Senegal de produtos franceses (1962-2019)



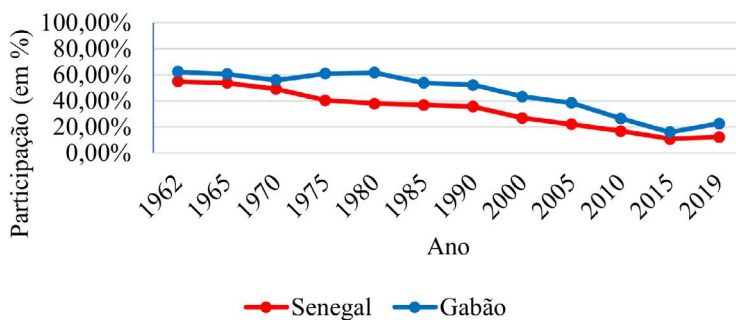
Fonte: (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Gráfico 5 – Composição setorial das importações do Gabão de produtos franceses (1962-2019)



Fonte: (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Gráfico 6 – Participação dos produtos franceses nas importações do Senegal e Gabão (1962-2019)



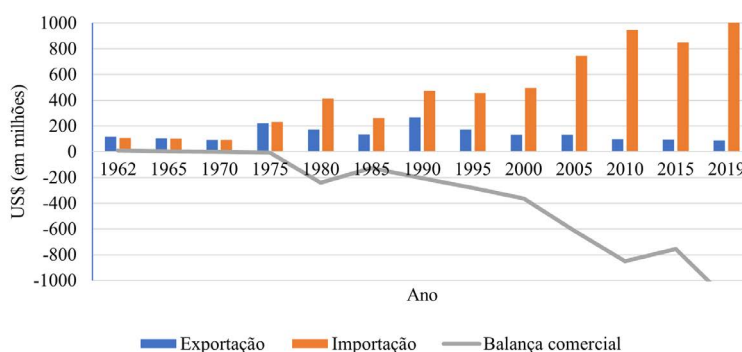
Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2023).

Considerando os gráficos 4 e 5, nota-se que os produtos franceses que são importados por Senegal e Gabão demonstram o caráter assimétrico da relação comercial e produtiva na zona do franco CFA. Em ambos os casos, a participação de produtos franceses se deu por meio da importação de bens industrializados e altamente complexos (produtos centrais). Isto revela a histórica troca desigual que se dá entre as partes, uma vez que a exportação de ambos os países (gráfico 2 e 3) formou-se majoritariamente de setores produtivos periféricos (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Com base no gráfico 6, ainda, é possível verificar que os produtos franceses são historicamente preponderantes nas importações das economias senegalesa e gabonesa. Ou seja, apesar de suas estruturas produtivas periféricas distintas, ambos os Estados africanos apresentaram um alto nível de dependência para com a França através das trocas comerciais desiguais, embora a participação francesa na importação dos países em questão tenha se reduzido ao longo do tempo, devido, sobretudo, à diversificação das relações comerciais africanas com outros países como efeito da globalização dos anos 1990, como é o caso da China (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

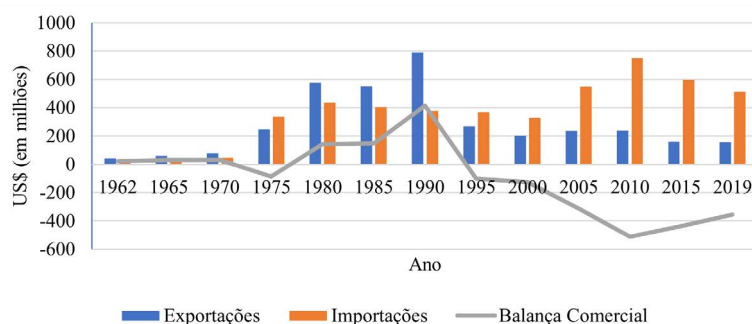
Inclusive, em 2019, a China ultrapassou a França (12,15%) neste quesito em relação ao Senegal, tornando-se o seu principal parceiro comercial no ano (18,45%). No que se refere ao Gabão, a China (16,59%) é o segundo país de onde a economia africana mais importa, permanecendo atrás somente do país europeu (22,51%). Contudo, apesar disso, é necessário ressaltar que nenhum outro país além da China alcançou tal papel, de modo que a França continua sendo um dos principais parceiros comerciais de ambos os países africanos (The Atlas of Economic Complexity, 2023). Ademais, segundo Mbabia (2014), ainda é a França que importa para a África Francófona, tendo em vista a sua influência militar, educacional etc., o que ultrapassa somente a questão comercial (Mbabia, 2014). Por último, cabe analisar também a evolução da balança comercial do Senegal e do Gabão frente à França, conforme pode ser visto abaixo:

Gráfico 7 – Evolução da balança comercial do Senegal com a França (1962-2019)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2023).

Gráfico 8 - Evolução da balança comercial do Gabão com a França (1962-2019)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de The Atlas of Economic Complexity (2023).

A partir da evolução da balança comercial de ambos os países africanos, é possível verificar que se estabelece historicamente uma deterioração na balança comercial do Senegal e Gabão frente à França. No caso senegalês – gráfico 7 –, até meados da década de 1970, a balança comercial do país em relação à França se manteve relativamente em equilíbrio, porém, se tornou amplamente deficitária desde então. Isso é resultado direto de dois efeitos simultâneos que podem ser interpretados no gráfico: 1) o aumento crescente das importações francesas ao longo do tempo; e 2) a estagnação das exportações senegalesas para a França, que mantiveram um nível de participação baixo (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

No caso do Gabão – gráfico 8 –, os dados apontam um exemplo parcialmente diferente, porém, com os resultados finais do mesmo fenômeno. Assim como o Senegal, a balança comercial gabonesa em relação à França é relativamente equilibrada até o início da década de 1970. Posteriormente, o país africano apresenta um breve período de déficit e, paradoxalmente, registra superávits a partir da década de 1980 até o início dos anos 1990⁸. No entanto, apesar desses bons resultados, a partir de 1995, o Gabão passou a apresentar novamente déficits na balança comercial que perduram até os dias atuais, revelando a deterioração (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

A deterioração torna-se, portanto, uma realidade econômica, independentemente, de um período favorável comercialmente. Afinal, resultados superavitários na balança comercial de um país não significam necessariamente que sua estrutura produtiva tenha sido transformada, ou que as condições estruturais do sistema-mundo – e das regras operacionais da moeda – tenham se alterado ao seu favor (Pigeaud; Sylla, 2021).

Aqui, torna-se importante discutir uma possível crítica. Apesar dos dados indicarem uma queda relativa na participação de produtos franceses nas importações Senegal e no Gabão – gráfico 6 –, isto não significa que a zona do franco CFA é irrelevante na manutenção das relações de dependência da África Francófona para com a França. Contrariamente, ao comparar esses dados com a balança comercial de ambos os países africanos – gráficos 7 e 8 –, é possível notar o contínuo aumento das importações de produtos franceses em termos absolutos. Como observam Pigeaud e Sylla (2021), “o pedaço do bolo diminui, mas o tamanho do bolo aumenta” (Pigeaud; Sylla, 2021, p. 91, tradução nossa). Ou seja, ainda que a França enfrente uma concorrência relativamente maior, o volume de importações africanas advindas do país europeu aumentou consideravelmente no século XXI, sendo que o Senegal e o Gabão atingiram o seu auge importador nas últimas décadas.

Porém, isto não é suficiente para desconsiderar a relevância da queda da participação de produtos franceses nas importações Senegal e no Gabão em termos relativos. Embora as estatísticas de aumento das importações da França em termos absolutos sejam importantes, porém, trata-se de uma tendência esperada frente ao crescimento econômico e ao aumento populacional dos países no decorrer das décadas. Isto pode significar, então, que os Estados africanos estão se tornando menos dependentes dos produtos franceses, mas não é o mesmo que afirmar que o papel da zona do franco CFA é irrelevante ou que a dependência chegou ao seu fim. Afinal, a análise histórica faz-se tão fundamental para capturar as mudanças, quanto para revelar o grau de continuidade de um processo ao longo do tempo, tendo em vista que a zona estabeleceu uma estrutura institucional na qual os Estados africanos ainda se encontram dependentes.

⁸ Este resultado se explica pelo interesse da França em produtos do setor de combustíveis, o qual o Gabão é grande produtor. Ao longo da década de 1980, o setor de combustíveis representou cerca de 54% das importações francesas em toda a África, demonstrando que o fenômeno é mais resultado conjuntural e da demanda do país europeu por petróleo (The Atlas of Economic Complexity, 2023).

Dessa forma, com base nos gráficos acima, a relação centro-periferia que permeia a zona do franco CFA no sistema-mundo torna-se compreensível: a França ocupa historicamente uma posição central, ao passo que os Estados africanos se posicionam na periferia do sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2004). Ademais, é essencial destacar que esta relação é passível de generalização, uma vez que a seleção dos casos mais contrastantes engloba as possibilidades e alternativas dos demais países. Ou seja, embora estes apresentem resultados diferentes, pois não possuem estruturas idênticas, a análise dos casos extremos permite relativo grau de generalização ao evitar observações divergentes (Giraud, 2009; Taylor, 2019).

5. POLÍTICAS MACROECONÔMICAS E SOBERANIA: OS EFEITOS DAS REGRAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FRANCO CFA

A transformação estrutural da base produtiva da África Francófona torna-se, então, imprescindível para mudar a realidade assimétrica imposta pela condição periférica (Chavula *et al.*, 2017). Para isso, no entanto, deve-se considerar as políticas monetárias a partir da zona do franco CFA e suas consequências para a noção de soberania dos Estados africanos. Como as políticas macroeconômicas destes países são tomadas conjuntamente a partir da zona, isto significa que é preciso analisar o impacto das regras e princípios de operacionalização do franco CFA, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 1 – Regras de operacionalização do franco CFA e os seus efeitos políticos e econômicos para os Estados-membros da zona monetária

Regras de operacionalização	Efeitos políticos e econômicos
1) Paridade cambial fixa do franco CFA ao euro;	<ul style="list-style-type: none"> Sobrevalorização cambial, impedindo a adoção de um câmbio real competitivo; Bloqueio do estímulo exportador e incentivo à importação, promovendo, assim, a deterioração da balança comercial; Ausência de autonomia na formulação da política cambial; Ausência de autonomia na formulação da política industrial.
2) Livre transferência e circulação de capital na zona monetária;	<ul style="list-style-type: none"> Retirada do investimento financeiro e repatriação dos lucros das multinacionais e companhias sem quaisquer restrições; Fuga de capital; Ausência de medidas protecionistas – barreiras tarifárias e não-tarifárias –, em proteção aos setores mais industrializados.
3) Garantia de conversibilidade do franco CFA;	<ul style="list-style-type: none"> Privilegio exorbitante da França na zona monetária, na medida em que pode utilizar a própria moeda na troca comercial com os países africanos, resguardando suas reservas internacionais.
4) Centralização das reservas internacionais;	<ul style="list-style-type: none"> Depósito obrigatório de 50% das reservas internacionais no Tesouro Francês; Restrição à criação de moeda e oferta de crédito doméstico; Dependência de empréstimos e recursos financeiros externos; Excesso de liquidez bancária, inviabilizando o investimento produtivo; Ausência de autonomia na formulação da política monetária; Ausência de liberdade fiscal na adoção de políticas que promovam o desenvolvimento econômico e social.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Campos e Leite (2020); Koddenbrock e Sylla (2019), Pigeaud e Sylla (2021), e Taylor (2019).

No que diz respeito à primeira regra, é fundamental notar que a paridade cambial fixa adotada resultou na sobrevalorização da moeda – isto é, a concedeu um valor excessivo e incompatível que não corresponde à realidade dos países africanos. Esta regra não somente incentiva as importações dos produtos franceses, como também, cria uma barreira para o estímulo produtivo e exportador. Ou seja, a sobrevalorização resulta na perda de competitividade e no enfraquecimento do setor exportador dos Estados africanos que adotam a moeda (Chavula *et al.*, 2017). Nesse sentido, cabe reforçar que estudos demonstram que “combater considerável sobrevalorização é altamente imperativo, sobretudo nos países em desenvolvimento, a fim de aumentar a competitividade do setor manufatureiro e sustentar o crescimento econômico, promovendo, assim, a mudança estrutural” (Chavula *et al.*, 2017, p. 183, tradução nossa).

Inclusive, como visto anteriormente, de acordo com dados do ECI (gráfico 7 e 8), é possível verificar a deterioração da balança comercial do Senegal e Gabão para com a França (The Atlas of Economic Complexity, 2023). Isto se explica, sobretudo, devido à troca desigual do comércio internacional. No entanto, é indispensável notar também o impacto da sobrevalorização do franco CFA para esta relação e, conseqüentemente, para a reprodução da condição de dependência na África Francófona, independentemente da estrutura produtiva dos Estados. A moeda sobrevalorizada é uma realidade *de facto* estabelecida a partir dos princípios de operacionalização da zona monetária que impõe diretamente conseqüências políticas e restrições econômicas para os países africanos que não devem ser desconsideradas (Pigeaud; Sylla, 2021).

No mesmo sentido, de acordo com Rodrik (2005), as políticas macroeconômicas exercem um papel importante na evolução da estrutura produtiva de um país. Por isso, o autor defende a formulação de políticas industriais na configuração daquilo que um país produz e exporta. Nesse sentido, a política de um câmbio real competitivo é “a política industrial mais eficaz que se pode conceber, porque uma forma de câmbio real subvalorizado é um subsídio geral às indústrias produtoras de bens comerciáveis no âmbito internacional (Rodrik, 2005, p. 16, tradução nossa). Porém, isto não é possível na zona, pois os Estados africanos não podem regular a taxa de câmbio e, portanto, não podem formular políticas industriais autônomas (Rodrik, 2005).

Em segundo lugar, como defendem os estudos de Pigeaud e Sylla (2021); e Taylor (2019), o princípio de livre transferência de capital permite a retirada do investimento financeiro e a repatriação dos lucros das multinacionais francesas presentes nos países africanos sem quaisquer restrições, sobretudo, nos contextos de crise ou dificuldade econômica. Ou seja, a regra viabiliza a fuga de capital. De acordo com Taylor (2019), estudos apontam que dez países da zona registraram fuga líquida de capital entre os anos de 1970 até 2010 – incluindo o Gabão que perdeu US\$ 23 bilhões de dólares. Ademais, esta saída de capital também é um fator que impacta as reservas internacionais dos Estados africanos, reduzindo, assim, suas capacidades de investimento e oferta de crédito (Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

Um outro impacto deste princípio que deve ser levado em consideração está relacionado à ausência de medidas protecionistas para os setores produtivos dos Estados africanos, sobretudo, as indústrias nascentes e os setores mais industrializados da alta competitividade internacional. Isso dificulta o desenvolvimento da estrutura produtiva e incentiva a importação de bens estrangeiros, reforçando o papel de exportadores de *commodities* e a condição periférica (Pigeaud; Sylla, 2021).

Em terceiro lugar, o princípio da garantia de conversibilidade ilimitada do franco CFA significa que o Tesouro Francês é a única instituição exclusivamente responsável pela conversibilidade da moeda. Segundo Koddenbrock e Sylla (2019), a partir desta garantia, a França apresenta um tipo de privilégio exorbitante⁹, na medida em que “a economia francesa não precisa deter dólares a fim de comprar matérias-primas na África” (Koddenbrock; Sylla, 2019, p. 15, tradução nossa), de modo a preservar as suas próprias reservas internacionais. Ademais, fortalece Paris como um mercado financeiro internacionalmente, devido à exclusividade nas conversões do franco CFA para as outras moedas (Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021).

Ainda, como defendem Pigeaud e Sylla (2021), a garantia de conversibilidade revelou-se mais como um mecanismo retórico do que uma regra e prática efetiva na zona. Os autores argumentam que a França adotou outras estratégias com a finalidade de afastar-se de seu papel de provedor e resguardar suas próprias reservas, tais como o incentivo à tomada de empréstimos do FMI (Pigeaud; Sylla, 2021). Nesse sentido, sobre as instituições multilaterais e regionais, Campos e Leite (2020) argumentam que “seus instrumentos de atuação e suas condicionalidades são elementos não só limitadores das possibilidades de desenvolvimento, mas também reprodutoras da dependência que encerra a armadilha da pobreza nestes países” (Campos; Leite, 2020, p. 276).

Por último, o princípio de centralização é uma regra que demonstra que “os Estados membros do CFA são incapazes de fazer uso deste capital como garantia para obter linhas de crédito, uma vez que as reservas cambiais são detidas em nome

⁹ O termo “privilégio exorbitante” do economista estadunidense, Barry Eichengreen, se refere à capacidade dos Estados Unidos de efetuar transações comerciais em todo o mundo utilizando sua própria moeda – o dólar –, enquanto os outros países devem renunciar parte de suas reservas internacionais (Eichengreen, 2011 *apud* Koddenbrock; Sylla, 2019).

do Tesouro Francês” (Taylor, 2019, p. 1071, tradução nossa). Para o autor (2019), este é um dispositivo político fundamental para a soberania de qualquer Estado na formulação de uma política monetária, mas, que devido ao arranjo da zona, não é um instrumento presente efetivamente nos países africanos que adotam o franco CFA. Ou seja, estes não possuem controle sobre sua moeda e suas reservas, sendo “dependentes de Paris para administrar e controlar sua própria moeda ostensiva e carecem de uma definição clássica – e básica – de soberania estatal” (Taylor, 2019, p. 1071, tradução nossa).

Esta realidade indica uma restrição fundamental aos Estados africanos no que diz respeito à criação de moeda e a expansão do crédito para estimular suas economias. Consequentemente, como defendem Campos e Leite (2020), esses países revelam uma dependência de recursos financeiros externos das instituições multilaterais na condição de empréstimos, que são concedidos frente à adoção de programas de ajuste estrutural – políticas de austeridade fiscal e monetária visando a estabilidade. Isto condiciona ainda mais o processo de desenvolvimento econômico dos países, na medida em que eles ficam subordinados às regras de cunho neoliberal dessas instituições (Campos; Leite, 2020; Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021).

Além disso, é importante verificar que o cenário de baixo nível de crédito na zona do franco CFA ocorre, contraditoriamente, num contexto de excesso de liquidez bancária. Isto, pois as reservas dos países africanos estão em crédito nos seus respectivos bancos centrais regionais – teoricamente disponíveis para o investimento e expansão monetária (Pigeaud; Sylla, 2021). A liquidez é referente ao nível de reservas internacionais detidas na Conta de Operações do BCEAO e do BEAC, conforme pode ser visto abaixo:

Tabela 1 – Evolução das reservas internacionais na Conta de Operações do BCEAO e do BEAC (em bilhões de €)¹⁰

	Dez-2016	Dez-2017	Dez-2018
BCEAO	7,87	8,7	10,4
BEAC	1,76	3,89	5,12

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Banque Centrale des États de L’Afrique de L’Ouest (2018; 2019) e Banque des États de L’Afrique Centrale (2020).

Com base nisso, torna-se possível analisar que ambos os bancos centrais regionais possuem um alto valor de reservas internacionais detidas no Tesouro Francês nos anos recentes. Este montante representa a liquidez dos países africanos que não podem utilizar as suas reservas para investi-las produtivamente e expandir a oferta de moeda em suas economias. Sendo assim, “isto não significa somente que não há criação de moeda, mas também que as poupanças disponíveis não são mobilizadas para facilitar o acesso dos agentes econômicos ao crédito” (Pigeaud; Sylla, 2021, p. 115, tradução nossa).

Por último, é possível notar que os efeitos das regras de operacionalização do franco CFA também impactam a formulação de uma política fiscal. Isto, pois, a subordinação e a dependência que se dá a partir da zona frente à França – e, indiretamente, em face às instituições internacionais multilaterais –, revelam uma estrutura institucional que dificulta amplamente a capacidade dos Estados africanos de adotar uma política fiscal expansionista, por exemplo, – seja por meio do aumento de gastos do governo ou pela redução de tributos – que seja sustentável. Inclusive, de acordo com Campos e Leite (2020), observou-se recentemente uma elevação da carga tributária dos países do Oeste Africano que, ainda demonstra ser insuficiente para atender as demandas e necessidades por serviços públicos, infraestrutura etc. desses países (Campos; Leite, 2020, p. 273).

Segundo os autores (2020), a política fiscal na região do Oeste Africano – em grande parcela, pertencente à zona do franco CFA –, portanto, não se trata de um instrumento suficiente de financiamento para promover o desenvolvimento. Sendo assim, “esses países [pertencentes à UEMOA] não dispõem de políticas monetárias e nem de liberdade fiscal para promover o crescimento econômico [...] tornando-se refém da demanda externa por insumos e de aportes financeiros na condição de empréstimos” (Campos; Leite, 2020, p. 262). Ou seja, além das próprias restrições da zona, a dependência externa de recursos resulta na armadilha da pobreza, contribuindo, assim, para o fraco desempenho econômico e social desses países (Campos; Leite, 2020).

¹⁰ Os dados do BEAC foram convertidos para bilhões de euros para fins de comparação, pois estavam originalmente em milhões de FCFA (Banque des états de l’Afrique Centrale, 2020).

Conseqüentemente, a partir das regras de operacionalização do franco CFA, os setores produtivos dos Estados africanos enfrentam dificuldades para se desenvolver, reforçando a relação centro-periferia no sistema-mundo (Wallerstein, 2004). Isto impõe duras barreiras à possibilidade de transformação estrutural e reproduz a dependência econômico-produtiva e financeira na África Francófona (Koddenbrock; Sylla, 2021; Rodney, 1975). E, ainda, sustenta uma relação 'patrão-cliente' e uma política de balcanização típica do neocolonialismo, que enfraquece os Estados africanos e perpetua a subordinação (Nkrumah, 2011; Taylor, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A zona do franco CFA, por meio de suas regras e princípios de operacionalização, afeta diretamente a noção de soberania monetária da África Francófona, na medida em que provoca um duplo efeito negativo: a) restringe a autonomia na formulação e decisão acerca das políticas macroeconômicas dos Estados africanos – cambial, industrial, monetária e fiscal; e b) sustenta relações de dependência – política, econômica, produtiva e financeira – e de neocolonialismo para com a França. Ademais, isto significa a manutenção do papel social e produtivo central do país europeu, por um lado, e periférico dos Estados africanos, por outro, dificultando, assim, a sua transformação estrutural.

No entanto, como defendem Koddenbrock e Sylla (2019), cabe ressaltar que “estas observações não significam que o franco CFA seja inteiramente responsável pelos problemas dos países que o utilizam. [...] Em vez disso, impôs-lhes restrições e custos particulares” (Koddenbrock; Sylla, 2019, p. 19, tradução nossa). Ou seja, a zona do franco CFA não é o problema monocausal dos países africanos, pois, mesmo que estes suspendessem as relações monetárias no contexto pós-descolonização, isto não significaria uma ruptura com a estratificação hierárquica do sistema-mundo. Por outro lado, a zona trata-se de uma estrutura institucional impositiva que promoveu a dependência e relações de neocolonialismo frente à França na realidade imediata da África Francófona (Koddenbrock; Sylla, 2019; Pigeaud; Sylla, 2021; Taylor, 2019).

Dito isso, é evidente que a zona do franco CFA carrega elementos contraditórios às prerrogativas de soberania da África Francófona. Obviamente, como unidades soberanas, as decisões políticas cabem somente aos próprios Estados africanos. No entanto, de acordo com Wallerstein (1974a), embora a ascensão de todos não seja possível, isto não significa que os países periféricos devem deixar de buscar políticas que são imediatamente benéficas (Wallerstein, 1974a). Em outras palavras, apesar da estrutura hierárquica do sistema-mundo capitalista – e as regras de operacionalização da zona do franco CFA – não permitirem a ascensão de todos os países africanos, estes devem buscar decisões que no curto-prazo melhorem efetivamente a sua posição no sistema internacional e rompam com relações de dependência e neocolonialismo.

Atualmente, segundo Prashad (2023), é possível notar a ascensão de um ressentimento antiocidental e contra a França na região do Sahel, sobretudo, no Níger e no Mali contra as estruturas neocoloniais que buscam legitimar a intervenção externa – inclusive, direcionado para a zona do franco CFA. Os conflitos e problemas presentes nestes países, que também vivenciaram a colonização francesa e pertencem à zona monetária, sinalizam, hoje, “a vontade de dar um fim à submissão” e de se estabelecer um novo marco relacional com a ex-metrópole (Prashad, 2023). Apesar da complexidade e especificidade de cada caso, esta é uma sinalização da mudança dos tempos, assim como a reforma Quattara-Macron e o processo de transição à moeda ECO, demonstrando que a África é um continente em constante movimento.

REFERÊNCIAS

- BAHGAT, Farah (2021). *ECOWAS: West African bloc aims to launch single currency in 2027*. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/en/ecowas-west-african-bloc-aims-to-launch-single-currency-in-2027/a-57970299>. Acesso em: 14 set. 2023.
- BANQUE CENTRALE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE DE L'OUEST (2018). *Rapport Annuel 2017*. Banque Centrale des États de L'Afrique de L'Ouest. Disponível em: https://www.bceao.int/sites/default/files/2018-07/Rapport_annuel_2017.pdf.
- BANQUE CENTRALE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE DE L'OUEST (2019). *Rapport Annuel 2018*. Banque Centrale des États de L'Afrique de L'Ouest. Disponível em: <https://www.bceao.int/sites/default/files/2019-07/Rapport%20annuel%202018.pdf>.

- BANQUE DE FRANCE (2015). **The CFA franc zone**. Banque de France. Disponível em: https://abc-economie.banque-france.fr/sites/default/files/medias/documents/816153_fiche_zone-franc.pdf.
- BANQUE DE FRANCE (2010). **The Franc Zone**. Banque de France. n. 127. Disponível em: https://abc-economie.banque-france.fr/sites/default/files/media/2016/11/02/the_fact_sheet_n_127_july-2010.pdf.
- BANQUE DES ÉTATS DE L'AFRIQUE CENTRALE (2020). **Rapport Annuel 2018**. Banque des États de L'Afrique Centrale. Disponível em: <https://www.beac.int/wp-content/uploads/2020/01/Rapport-Annuel-BEAC-2018.pdf>.
- BARBOSA, Muryatan S. (2020). **A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo**. São Paulo: Editora Todavia.
- CAMPOS, Taiane Las Casas; LEITE, Alexandre Cesar Cunha (2020). **A armadilha da pobreza: uma análise da contribuição das instituições multilaterais e regionais para o fraco desempenho econômico e social dos países do Oeste Africano**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 9, n. 17, p. 257-279.
- CHAVULA, Hopestone Kayiska; TEFERA, Mamo Girma; KEDIR, Abbi M.; AWEL, Yesuf M. (2017). **Monetary and Other Financial Policies for Africa's Structural Transformation**. In: LOPES, Carlos; HAMDOK, Abdalla; ELHIRAIKA, Adam (2017). **Macroeconomic Policy Framework for Africa's Structural Transformation**. Palgrave Macmillan, p. 145-216.
- DIALLO, Mamadou Alpha (2018). **As relações franco-africanas: o Franco CFA um pilar esquecido da colonização**. Revista Intertelas. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2018/09/21/as-relacoes-franco-africanas-o-franco-cfa-um-pilar-esquecido-da-colonizacao/>. Acesso em: 14 set. 2023.
- FRANÇA aprova projecto-lei sobre fim do franco CFA em países da África Ocidental (2020). DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fran%C3%A7a-aprova-projecto-lei-sobre-fim-do-franco-cfa-em-pa%C3%ADses-da-%C3%A1frica-ocidental/a-53521960>. Acesso em: 14 set. 2023.
- GALA, Paulo (2017). **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GIRAUD, Olivier (2009). **Comparação dos casos mais contrastantes: método pioneiro central na globalização**. Sociologias, n. 11, p. 54-74.
- GULDE, Anne-Marie; TSANGARIDES, Charalambos (2008). **The CFA Franc Zone: Common Currency, Uncommon Challenges**. Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- HERNANDEZ, Leila Leite (2008). **A África na sala de aula: visita contemporânea à história contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro.
- HOBBSAWM, Eric J. (2018). **A era dos impérios**. In: HOBBSAWM, Eric J. (2018). **A era dos impérios: 1875-1914**. 25. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, p. 93-134.
- KODDENBROCK, Kai; SYLLA, Ndongo Samba (2019). **Towards a Political Economy of Monetary Dependency: The Case of the CFA Franc in West Africa**. MaxPo Discussion Paper, n. 19/2.
- LOPES, Carlos (2020). **Fim do franco CFA: "Cordão umbilical com a França não é completamente cortado"**. [Entrevista cedida a] Carina Branco. RFI. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20200521-fim-do-franco-cfa-cord%C3%A3o-umbilical-com-a-fran%C3%A7a-n%C3%A3o-%C3%A9-completamente-cortado>. Acesso em: 14 set. 2023.
- MARTINS, José Ricardo (2015). **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?**. Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales, p. 95-108.
- MBABIA, Olivier (2014). **Poder estrutural sobre Estados fracos: a França, e não a China, importa para a África Francófona**. Revista Brasileira de Estratégia, v. 3, n. 5, p. 11-40.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo (2014). **Pan-Africanism and the international system**. In: MURITHI, Tim (ed.) (2014). **Handbook of Africa's International Relations**. Abingdon: Routledge, p. 21-29.
- NKRUMAH, Kwame (1967). **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- NKRUMAH, Kwame (2011). **O neocolonialismo em África**. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Ed.) (2011). **Malhas que os Impérios Tecem: Textos Anti-Coloniais, Contextos Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições 70, p. 287-308.
- OUATTARA, Macron announce the end of the CFA franc (2019). **Africa Times**. Disponível em: <https://africatimes.com/2019/12/22/ouattara-macron-announce-the-end-of-the-cfa-franc/>. Acesso em: 14 set. 2023.
- PARADA, Maurício; MEIHY, Murilo Sebe Bon; MATTOS, Pablo de Oliveira de (2013). **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: PUC Rio.
- PIGEAUD, Fanny; SYLLA, Ndongo Samba (2021). **Africa's Last Colonial Currency: The CFA Franc Story**. London: Pluto Press.
- PRASHAD, Vijay (2023). **O povo de Níger e a vontade de dar um fim à submissão**. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/o-povo-de-niger-e-a-vontade-de-dar-um-fim-a-submissao>. Acesso em: 14 set. 2023.

- RODNEY, Walter (1975). **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova.
- RODRIK, Dani (2005). **Políticas de diversificación económica**. *Revista de la Cepal*, n. 87, p. 7-23.
- TAYLOR, Ian (2019). **France à Fric: the CFA zone in Africa and neocolonialism**. *Third World Quarterly*, v. 40, n. 6, p. 1064-1088.
- THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2023). **Atlas of Economic Complexity**. Base de dados. [s.l.]. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich (2013). **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Editora Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001). **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974). **Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy**. *African Studies Review*, v. 17, n. 1, p. 1-26.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2004). **World-System Analysis: An Introduction**. Durham and London: Duke University Press.